



CONSAE
CURSOS - CAPACITAÇÃO

SIC

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CLIENTE

SIC Nº 08/2016

Belo Horizonte, 28 de março de 2016.

LICENCIATURAS. NOVAS NORMAS.

Faço duas ressalvas ao texto: quanto à duração mínima e quanto à legislação já existente.

As 24 licenciaturas, incluindo Pedagogia, Normal Superior e Formação de Professores Indígenas, terão duração mínima obrigatória de 3.200 horas e 4 anos.

A Formação Pedagógica para Graduados – bacharéis e tecnólogos, assim como a Segunda Licenciatura, terão durações diferentes.

Desde 2002, quando da edição da legislação ora revogada pela nova Resolução do Conselho Nacional de Educação, as licenciaturas deixaram de ser oferecidas como “apêndices do bacharelado”. Extinguiu-se, naquela ocasião, o malfadado esquema 3 + 1: três anos de bacharelado e um ano lá na Faculdade de Educação...

Esse assunto será discutido no Encontro sobre a Aplicabilidade das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, nos dias 18 e 19 de abril, em Belo Horizonte/MG.



Encontro sobre a Aplicabilidade das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica

18 e 19 de abril - Belo Horizonte/MG

REVISTA EDUCAÇÃO – www.revistaeducacao.com.br.

REDESENHO. Março/2016. Formação Docente | Edição 227

CURSOS DE LICENCIATURA COMEÇAM A GANHAR CARA NOVA

Investimento em novos currículos e em maior contato com a prática docente são principais mudanças

Rubem Barros

Quando fez os cursos de bacharelado e licenciatura plena em língua portuguesa e literatura na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na segunda metade dos anos 80, Cristina Viegas de Macedo aproveitou muito bem a ótima formação proporcionada pela universidade no objeto do conhecimento que iria ensinar. Foram quatro anos de "muita gramática e latim", recorda.

No entanto, a hoje professora de produção textual do 7º ano do Colégio Albert Sabin, em São Paulo, saiu de lá com um "buraco" relativo à prática docente. "Fiz todos os estágios direitinho, mas os professores do colégio se sentiam incomodados com o fato de eu estar ali anotando tudo e de ter dúvidas. Preferiam os alunos que só levavam os papéis para eles assinarem", recorda.

As dúvidas não respondidas na escola também não recebiam retorno na faculdade, que não tinha nenhum contato com o colégio do estágio, a não ser do ponto de vista formal. Por isso, Cristina fez cursos de extensão e especialização em diversos centros de estudos de colégios. "Fui buscar cursos que trouxessem a reflexão sobre a prática, com professores

que falavam de fatos ocorridos diretamente na sala de aula". No que diz respeito à interdisciplinaridade, a licenciatura também passou ao largo. "A escola é uma instituição do não pensamento, é muito mais da informação", concluiu Cristina com seus quase 30 anos de profissão.

Relatos como esse não são casos isolados. Nos últimos anos, movidos pelas mudanças no Enem e pela constatação de que algo não caminha bem na formação docente no Brasil, órgãos com funções normativas, como o Conselho Nacional de Educação (CNE), e as próprias instituições formadoras estão começando a mudar a cara dos cursos superiores de pedagogia e licenciaturas. Além disso, universidades, faculdades e institutos de educação que têm cursos de formação inicial para professores (licenciaturas, formação pedagógica para graduados e segundas licenciaturas) terão de fazer adaptações curriculares, definidas pela Resolução nº 2 do CNE, de 1º de julho do ano passado.

Pela resolução, as três modalidades passarão a ter, no mínimo, 3.200 horas, contra as 2.800 atuais, num prazo, também mínimo, de quatro anos, a partir da metade do ano que vem. No caso das universidades públicas, como enfatiza o professor João Valdir Alves de Souza, da Faculdade de Educação de Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a mudança da carga horária e do número mínimo de anos pouco deverá afetar as instituições, cujos desenhos de curso já preveem quatro ou cinco anos letivos.

Mas a obrigatoriedade de ampliar o currículo, aliada à edição dos Referenciais Nacionais das Licenciaturas Interdisciplinares, entregue ao CNE em fevereiro por um grupo especialmente composto para formular o documento, está mexendo com a estrutura da formação em muitas instituições.

Integração

Em comum, nota-se a tendência de agrupar as licenciaturas, oferecendo os cursos de fundamentos da educação, legislação e disciplinas didático-pedagógicas em conjunto para todas as áreas do conhecimento, não só para otimizar custos, mas também para criar um espírito de corpo entre os professores. Além disso, muitos cursos têm adotado o desenho modular, deixando de lado as disciplinas clássicas e fazendo novos grupamentos temáticos, e estão investindo fortemente na prática desde o início da formação, tentando responder ao vazio apontado pela professora Cristina no início desta reportagem.

Uma das instituições que mais investirá nesse aspecto é a nova Faculdade Sesi de Educação, cujas licenciaturas começam a funcionar em 2017, nas áreas de ciências da natureza, matemática, ciências humanas (geografia, história, sociologia e filosofia) e linguagens (português, inglês e artes). Os alunos aprovados para o ingresso terão bolsa integral e auxílio transporte se optarem pela residência educacional de 20 horas semanais, desde o primeiro ano do curso (leia texto ao lado).

"Não podemos mais pensar as licenciaturas apenas como um apêndice do bacharelado. Temos de fazer um esforço grande para formar professores do começo ao fim do curso, sobretudo nas licenciaturas que habilitam profissionais para o ensino fundamental e para o ensino médio", diz César Callegari, membro da Câmara de Educação Básica do CNE e diretor da Faculdade Sesi de Educação.

Callegari acrescenta que os cursos de formação devem mirar, além do desenvolvimento da capacidade de análise crítica e formação contínua, que os novos professores sejam preparados para os desafios concretos da sala de aula, levando-se em conta a diversidade cultural, socioeconômica e estrutural. "Na pedagogia, por exemplo, há pouca formação para alfabetizar", diz. Ou seja, a prática deve retroalimentar a teoria permanentemente.

Ex-secretário de Educação de São Paulo, Fernando Almeida, professor da Faculdade de Educação da PUC-SP, defende que três aspectos principais estejam presentes na elaboração dos currículos das licenciaturas e da formação docente em geral. Em primeiro lugar, uma parte teórica "vista como ciência da educação, e não como ideologia da educação", diz, referindo-se à necessidade de os alunos conhecerem todas as correntes expressivas do pensamento, sem que seus mestres excluam aquelas que não lhes agradam. Como exemplo, cita o fato de que muitos formadores torcem o nariz para as teorias behavioristas, por associá-las ao que ficou - erroneamente - batizado de decoreba.

"A memória não é um repositório mecânico de informações, é a base da identidade. A memória liberta a criatividade. A estrutura de um novo curso deve ampliar a ideia do que é o conhecimento. O futuro professor tem de conhecer também a instrução programada do Skinner, saber como o aluno conhece", resume Almeida.

O segundo ponto é que o aluno deve, ao longo do curso, construir uma "espécie de metaconhecimento", ter um registro de seu processo que o leve à reflexão permanente e que o faça exercitar a escrita. E o terceiro é que formule propostas de

intervenção para a sociedade, "uma produção integrativa com a realidade do país", algo de caráter prático que dialogue com o conhecimento adquirido.

Mudanças em curso

No Instituto Vera Cruz, o processo começou antes da resolução do CNE, pois já havia inquietação quanto a aspectos como a separação muito estanque entre fundamentos e didáticas, pouca dimensão prática da realidade docente e pouca escrita. "As didáticas específicas são a matéria-prima do trabalho de formação. Estamos desenhando um curso com temas bem atuais que serão os fios da meada para a discussão dos conteúdos, como medicalização da infância, gênero e diversidade familiar, por exemplo. Os fundamentos virão a serviço da compreensão do real", diz a diretora Regina Scarpa.

Outras características serão discutir as boas práticas e estimular muito a escrita e a construção de repertório cultural. Deverá haver uma carga horária a distância. "Estamos pensando com quais conteúdos e suportes. Há uma equipe avaliando os ganhos que pode haver com o uso da tecnologia", completa.

No Instituto Singularidades, um dos maiores investimentos é na formação de professores investigadores de suas próprias práticas, que coletam dados, e os analisem em contato com a teoria. Para isso, as licenciaturas de matemática e letras e língua portuguesa deverão adotar os estágios desde o início do curso, como já ocorre no curso de pedagogia. Outro aspecto já implantado é a oferta aos alunos de diferentes abordagens sobre questões do conhecimento, para enriquecer suas perspectivas de atuação.

No que tange aos pontos que a instituição planeja introduzir no currículo, ainda em discussão, Cristina Nogueira Barelli, coordenadora do curso de pedagogia, destaca três ideias: pedagogia da sustentabilidade, habilidades socioemocionais e o aprendizado de uma segunda língua.

"Queremos que os alunos pensem nas questões socioambientais que enfrentamos. Não como disciplina, provavelmente de forma transversal. Quanto às habilidades socioemocionais, devemos mostrar o que são e como devem estar presentes na formação", diz Cristina. No caso da segunda língua, a escola atenderia a uma demanda crescente: a de ensino bilíngue. Como a instituição já tem uma pós em didática na área, isso potencializaria a experiência institucional.

Núcleos comuns

Como havia alguns anos que as licenciaturas vinham padecendo de baixa procura, algumas instituições já as remodelaram na linha da aglutinação das disciplinas que servem a todas elas, como as de fundamentos da educação ou didática, juntando alunos e criando uma integração antes quase inexistente.

É o caso do Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos (Unifeob), de São João da Boa Vista, a 250 km de São Paulo, e da Universidade Metodista, de São Bernardo do Campo, Grande São Paulo. Na Unifeob, Patrícia Furlanetto, diretora acadêmica da instituição, conta que a pequena crise na área foi uma oportunidade para a criação de uma verdadeira escola de formação de professores. "Percebemos que tínhamos cursos das disciplinas, não propriamente licenciaturas", relembra. "Listamos quais conhecimentos e competências eram requisitos para qualquer professor, começamos a formar núcleos pedagógicos, oferecer aulas conjuntas e a trabalhar projetos interdisciplinares."

Hoje, o curso tem bons índices de empregabilidade na região e forma professores também capazes de assumir funções de gestão. No ano passado, a instituição começou a discutir o que acrescentar ou mudar no currículo. Como meta estão a ampliação de questões relativas à gestão, da contextualização do sistema educacional e suas transformações e do empreendedorismo. Nesse último caso, houve questionamento sobre ser uma disciplina, ou um tema gerador. "A disciplina de empreendedorismo, por si só, não torna ninguém empreendedor. Isolada, fica distante da realidade do aluno", diz Patrícia. "Vemos o que colocar como marca do curso e desenhamos. Os cursos planejam o semestre de forma integrada, bem interdisciplinar."

Já a Universidade Metodista implantou um programa de proteção às quatro licenciaturas ofertadas pela instituição (pedagogia, ciências biológicas, matemática e filosofia), em que os alunos já ingressam como bolsistas. Desde 2012, o curso de pedagogia passou por reformulação. "O atual currículo já é interdisciplinar de alguma maneira. Trabalhamos com módulos, não com disciplinas", diz Sílvia Perrone, coordenadora do curso de pedagogia. Essa experiência deverá ajudar também na reformulação dos currículos das licenciaturas.

Uma proposta em análise é introduzir um módulo sobre o pensamento científico latino-americano. "O que nos preocupa é construir um currículo que, de fato, forme o pensamento científico do professor", diz Sílvia.

Referência

Com intuito de se tornar um centro de referência na formação de professores, o Sesi-SP está buscando ir além das exigências legais em suas licenciaturas, que começam a funcionar em 2017. Além da tão pleiteada residência educacional, que prevê dedicação integral, com estímulo à experiência prática em sala de aula desde o início do curso e contratação pelo próprio Sesi como auxiliar a partir do 3º ano, o curso foi todo concebido como interdisciplinar, com disciplinas que unem fundamentos com questões atuais das grandes áreas interdisciplinares (veja a grade completa em www.faculdadesesi.edu.br/graduacao).

Além disso, o curso terá mil horas a mais do que exige a Resolução do CNE, que passa a vigorar em julho de 2017. Serão 4.200 horas, com emprego garantido para todos que se formarem pela universidade na rede do Sesi-SP. Em todo o estado, 172 escolas e 136 mil alunos, a terceira maior rede do estado de São Paulo.

Na prática, o Sesi oferecerá aquilo que seu diretor, César Callegari, defende que todas as instituições formadoras tenham: uma escola de aplicação. "É preciso que assumam a corresponsabilidade sobre o resultado educacional. Isso é viável, pode ser implementado, não precisa ser à força", diz Callegari. Ele fez a proposta ao ministro Aloizio Mercadante, que ficou de estudá-la.

Interdisciplinaridade

O Conselho Nacional de Educação recebeu em fevereiro o texto proposto para os Referenciais Nacionais das Licenciaturas Interdisciplinares, elaborado por um grupo de trabalho designado para a missão em 2013. Inicialmente, o mesmo grupo seria responsável pela elaboração dos referenciais para bacharelados e licenciaturas.

"Mas era muito amplo, complexo e distinto dos referenciais dos bacharelados, então outro grupo teve de ser formado", explica João Valdir Alves de Souza, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), membro do colegiado composto por professores de universidades com experiência na questão, a maioria federais.

"Nossa expectativa é de que mais instituições comecem a oferecer cursos interdisciplinares. Para isso, o MEC precisa dos referenciais, para poder reconhecer os cursos, inclusive os já existentes", sublinha Alves de Souza.

Segundo o professor, o objetivo do documento é garantir uma formação docente mais ampla, que possibilite um conhecimento maior dos fundamentos do conhecimento, permitindo que o ensino se faça a partir de grandes temas, como energia ou a transformação da matéria, e não mais por meio das disciplinas tradicionais.

"É preciso repensar o modo como o ensino está organizado. Pode haver uma verticalização. Buscamos percursos que osem ir além da formação tradicional, que permitam o trabalho em conjunto com outras áreas, que levem a uma alfabetização científica", completa o professor.

Fonte: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/227/artigo368715-1.asp>

Saudações,
Profª. Abigail França Ribeiro
Diretora Geral CONSAE
abigail@consae.com.br

Distribuído a Assessorados da CONSAE e CONSAEJur.
SIC – Serviço de Informação ao Cliente.

